



## **O FEMININO NEGRO: corpos afetados pelas faces da opressão e da desigualdade racial**

Carla Cecília Serrão Silva<sup>1</sup>  
Ivana Márcia Moraes Braga<sup>2</sup>  
Pedro Igor Nascimento da Silva<sup>3</sup>  
Sarah Fernanda Moraes Gomes<sup>4</sup>

### **Resumo**

O presente artigo aborda os marcadores sociais de classe, gênero e raça como categorias definidoras do lugar para o qual foram socialmente destinadas as mulheres negras no Brasil. Apresenta elementos da razão universal conservadora para explicar o racismo como recurso de desumanização de corpos distintos do padrão europeu, que explicam como na contemporaneidade as mulheres negras são sentenciadas a viver expostas a situações de pobreza e exploração permanentes. Problematisa contextos sócio-históricos que condicionaram as mulheres negras a ocuparem funções como a de trabalhadora doméstica, marcada por relações escravistas de exploração e sujeição. Registra as crises sanitárias mais recentes como expressões do racismo e da desigualdade de gênero que afetam a vida das mulheres negras e de suas famílias, de variadas formas. Nesse percurso, propõe reflexões importantes acerca das concepções conservadoras e racistas responsáveis por sustentar a opressão e a desigualdade racial, de forma particular, na vida das mulheres negras neste país.

**Palavras-chave:** gênero; mulher negra; racismo.

### **THE BLACK FEMALE: bodies affected by the faces of oppression and racial inequality**

### **Abstract**

This article addresses the social markers of class, gender and race as defining categories of the place to which black women in Brazil were socially destined. It presents elements of conservative universal reason to explain racism as a resource for dehumanizing bodies different from the European standard, which explains how in contemporary times black women are sentenced to live exposed to situations of permanent poverty and exploitation. It problematizes socio-historical contexts that conditioned black women to occupy roles such as domestic workers, marked by slave relations of exploitation and subjection. It records the most recent health crises as expressions of racism and gender inequality that affect the lives of black women and their families, in various ways. Along the way, it proposes important reflections on the conservative and racist conceptions responsible for sustaining oppression and racial inequality, particularly in the lives of black women in this country.

**Keywords:** gender; black woman; racism.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.32>

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DESES/UFMA). Doutora em Políticas Públicas. E-mail: [carla.serrao@ufma.br](mailto:carla.serrao@ufma.br).

<sup>2</sup> Jornalista. Mestre em Políticas Públicas. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS/UFMA e do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. E-mail: [braga.ivana@discente.ufma.br](mailto:braga.ivana@discente.ufma.br).

<sup>3</sup> Advogado. Mestre em Políticas Públicas. Servidor Público Estadual e Professor de Direito do Trabalho na UNINASSAU. E-mail: [pedro.silva@discente.ufma.br](mailto:pedro.silva@discente.ufma.br).

<sup>4</sup> Bacharel em História. Especialista em Docência do Ensino Superior. Professora do Instituto Federal do Maranhão. E-mail: [sarah.gomes@ifma.edu.br](mailto:sarah.gomes@ifma.edu.br).

## 1 INTRODUÇÃO

A História, como ciência humana, fundamenta e molda percepções e memórias, ao mesmo tempo em que fornece elementos importantes para compreensão de como as ideias que conduzem uma sociedade são atravessadas por diversos interesses, em um processo constante de disputa entre classes e segmentos de classe. O texto que aqui se inicia faz uso de conhecimentos históricos, sociais, políticos, econômicos e críticos para entender os fundamentos do racismo enquanto recurso de estabelecimento das hierarquias raciais. O racismo é apresentado a partir de uma perspectiva que o admite como estratégia de desumanização dos corpos que diferiam do fenótipo europeu, como instrumento que justificou a colonização, a escravidão e a exploração do trabalho e da vida de povos considerados inferiores por serem distintos. A princípio, trata-se da ideia de raça, difundida pelo darwinismo social e pela eugenia no século XIX, ao serem disseminadas teorias supostamente científicas extremamente úteis para justificar a segregação racial, a esterilização forçada e até mesmo o genocídio de corpos marcados pela diferença. Em seguida, a problematização ganha coró com as abordagens conjuntas de gênero e raça como assimilações que impuseram para as mulheres negras lugares subalternizados e desqualificados, em razão das identidades objetificadas daquelas que os ocupam.

Racismo e sexismo são abordados como produtos da sociedade capitalista, expressos, de forma muito particular, nas condições de vida das mulheres negras desde que a invasão colonizadora ocorreu no Brasil. O lugar da mulher negra na sociedade brasileira é apresentado a partir dos marcadores sociais de classe, gênero e raça como alicerces que fixam os corpos negros femininos naquilo que Patrícia Hill Collins (2019, p. 137) define como “imagens controle”. Na perspectiva de materializar o exposto acima, o texto envereda por experiências concretas da vida de mulheres negras, analisando situações a que são submetidas exatamente pela condição de gênero e raça que lhes é inerente.

O trabalho doméstico é problematizado como atividade que as insere no mundo do trabalho sob o peso da herança escravista, sem a garantia do reconhecimento e do respeito ao seu trabalho, e, portanto, sem acesso a direitos trabalhistas. As crises sanitárias servem de cenário para apontar como a desigualdade se materializa na vida das mulheres negras, afetando seus corpos e os das pessoas ao seu redor, contingenciadas nas periferias e atravessadas pela ausência do poder público. Trata-se de uma contribuição para o desvelamento das questões que afetam o universo das mulheres negras no Brasil, materializado por experiências excludentes e violentas. Um esforço de problematização que versa sobre as relações de poder que circundam a vida de mulheres negras sob o peso das questões de classe, de gênero e de raça, próprias da formação da sociedade brasileira. Um

país alicerçado nas violentas experiências de desumanização dos corpos racializados, implementadas pelos europeus a partir de uma engenharia que se sustenta ainda hoje em razão da colonialidade, que nos induz à compreensão da realidade por meio de uma estrutura material e subjetiva encharcada pelo poder de quem colonizou. Um padrão que permeia todas as dimensões da vida — social, política, econômica etc. —, e alimenta as relações de poder, de saber, de exclusão e de exploração instituídas há mais de 500 anos.

As letras reunidas neste texto revelam a necessidade de dar visibilidades a tais questões e provocar o engajamento da sociedade em torno do debate amplo sobre os marcadores sociais da diferença que persistem secularmente: o gênero, a raça e a classe. Esses marcadores se expressam cotidianamente na vida das mulheres negras pela linguagem da pobreza, da exploração, da precarização nas relações de trabalho, da desumanização dos seus corpos, assim como na obrigação de sustentar uma natureza devotada ao cuidado.

## **2 A RAZÃO UNIVERSAL CONSERVADORA A SERVIÇO DA SUJEIÇÃO DE CORPOS RACIALIZADOS**

O modo de produção capitalista instituiu uma forma de sociabilidade que se fundamenta no lucro obtido pela exploração da classe trabalhadora, em favor da acumulação de uma classe, que reconhece apenas a si própria como humana ao tempo em que produz a desumanização de todas as demais pessoas que não são tidas como iguais: um processo que na contemporaneidade revela cada vez mais o seu potencial destrutivo. O capitalismo se materializa por meio de processos macroestruturais, mas também de outros microestruturais que desenham o cotidiano das pessoas e suas formas de pensar, atingindo incisivamente os corpos desumanizados por carregarem identidades racializadas, que divergem do padrão eurocêntrico disseminado entre os séculos XV e XVIII pelas 'invasões colonizadoras'.

A recuperação da História permite constatar diversos e marcantes acontecimentos como o Renascimento, a Reforma Protestante, as grandes navegações, a invasão colonizadora das terras que se tornaram conhecidas como Américas, a contrarreforma católica, as primeiras teorias Iluministas, o Mercantilismo e mais um turbilhão de acontecimentos que mudaram completamente não apenas a sociedade europeia como também a vida e a sociabilidade de povos sequer admitidos naqueles período, em razão da auto imagem centrada que a Europa construiu de si mesma. Em meio a esse cenário, as ideias derivadas de cada um dos movimentos citados foram expandidas e produziram impactos significativos na vida e na história de outros povos, em cada um dos continentes invadidos, a exemplo das Américas.

É necessário um pensar crítico para entender como tudo isso se deu e de que forma influenciou — e ainda influencia — as nossas ideias, a produção de conhecimento, as relações econômicas, políticas e a construção de uma história protagonizada por invasores estrangeiros. Eles disseminaram concepções conservadoras e racializadas, e elas se alicerçaram e instituíram elementos que dão forma às pautas contemporâneas, objetos de estudos e reflexões quando abordadas as questões étnico-raciais.

Portugal e Espanha, potências tradicionalmente católicas, se organizaram em torno do projeto de expansão territorial e econômica viabilizado por meio das Grandes Navegações. O que tornou isso possível foi a articulação política entre Estado, igreja e burguesia. Ou seja, as ideias de acumulação, de enriquecimento e de lucro atingiram e mobilizaram as maiores potências à época; além da mobilização pelos interesses de ordem econômica, elaboraram todas as condicionantes da vida moral e cultural, a partir daquela época, tomando a si próprios como centro do mundo para produzir conhecimento. Não concebiam outras realidades históricas e culturais que estivessem fora da realidade europeia. Trata-se do espelhamento de si próprio como modelo de humanidade, de suas terras como referência de mundo, de suas formas de vida como padrão moral, político e econômico, que desde o século XVI passa a ser utilizado como parâmetro para pensar o mundo e realizar suas ‘conquistas’.

## **2.1 A ideia do ‘Eu’ e do ‘Outro’: o europeu como homem universal**

O advento do Estado moderno, juntamente com seus conceitos e transformações, traz consigo a proposta do ‘homem europeu’ pensar a si e o mundo como centro de todas as decisões e produções relevantes para a humanidade. Esse modelo é construído ao tomar como referência a sua localização geográfica, colocando-se em uma perspectiva universal. Ou seja, as formas de vida, os saberes, as filosofias, as ciências, as epistemologias, as concepções morais e culturais eram pensadas de acordo com as tradições construídas no continente europeu; qualquer alternativa a isso, era tachada de “OUTRO”, geralmente entendida como algo subalterno, atrasado e inferior. O conceito de “outro”, cunhado na modernidade pelo filósofo Friedrich Hegel (2001), serviu de fundamento para inúmeros autores da filosofia e criou sua própria tradição. Disso resulta que o referencial para qualquer comparação seria o “EU” europeu.

Usando dos princípios hegelianos, Simone de Beauvoir (1980) elabora a categoria do “Outro” pensando na perspectiva de gênero. Nesse caso, a mulher seria o “Outro” do homem. Pois bem, o “Outro” seria o complemento do “Eu”, o “Eu” é um sujeito “em si e para si”, o “Outro” é um sujeito apenas “em si”, servindo de certo modo para validar a existência do sujeito “em si e para si”.

Em resumo, os povos ameríndios e africanos por não terem a mesma conformação

fenotípica, a mesma organização social e política, a mesma manifestação de fé, a mesma cultura, a mesma língua e as mesmas práticas, seriam a materialização desse “Outro”. Nessa perspectiva, ao produzir o desenvolvimento desse conceito, a autora disserta que

Os judeus são “outros” para o anti-semita, os negros para os racistas norte americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Levi Strauss pôde concluir: “A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar os dados fundamentais e imediatos da realidade social”. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 1980, p. 11- 12).

Além da ideia hegeliana do “Outro”, René Descartes (2001) — racionalista —, deixou significativa contribuição para a construção da ideia de sujeito universal, superior aos demais. Portanto, haveria uma justificativa racional para toda violência dirigida aos “povos do novo mundo”, qual seja a separação entre corpo, alma e cogito. Ao declarar “penso, logo existo”, Descartes coloca em questão qualquer outra realidade que não seja a sua própria. Da mesma forma, ao deduzir que corpo e alma não são unos, abre possibilidades ao pensamento de que corpos forjados fora da cultura europeia não teriam almas, ratificando que o “*sujeito em si*”, atrasado, selvagem e propenso à violência, seria beneficiado pelo contato com a civilização europeia — um referencial de humanidade.

A invasão colonizadora nas Américas, fundamentada no pensamento eurocêntrico, produziu consequências devastadoras para os povos originários e africanos escravizados. Trabalho forçado, estupros, açoites, assassinatos, entre outras expressões de violência destinadas ao controle dos corpos que visavam destruir as identidades e os afetos que sustentavam a vida dessas pessoas. A comunidade deixa de existir na sua forma original, e a nova organização insiste em não deixar espaço para existirem por completo, buscando apagar suas identidades e conceber pessoas vazias de autorreconhecimento.

## 2.2 A racialização como mecanismo de poder

Um dos principais teóricos a discutir sobre poder foi Michel Foucault. Em sua obra *Vigiar e Punir* (1987), traz uma nova organização de pensamento acerca das relações de poder construídas até aquele momento. Segundo o autor, a complexidade do poder vai além de sua forma negativa e punitiva, uma vez que consegue atravessar as pessoas como uma força de criação, moldando os

corpos para melhor serem usados. O poder passa a ser percebido como uma força que determina mas, ao mesmo tempo, não é apenas repressiva, dado que, se assim fosse, não haveria como explicar porque seus sujeitos não se rebelam.

Foucault (1987) afirma que o papel da ligação saber-poder é determinante, haja vista que não há como falar de poder sem explicar os discursos que o sustentam, e, do mesmo modo, não é possível falar de saber sem explicar as relações de poder que são movidas pelos discursos. O autor assevera que saber e poder são nominalmente separados, mas, na vida cotidiana, são a mesma coisa. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre elementos como conhecimento, técnicas e instituições. São “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas” (FOUCAULT, 1979, p. 246). Portanto, todo dispositivo de poder opera em determinado espaço e se apresenta por meio de uma conexão tecida a partir de uma grande variedade de elementos.

Para Sueli Carneiro (2005, p. 38), esse dispositivo está disponível para ser utilizado em diversas circunstâncias e momentos, conforme a necessidade estratégica que se apresente. Ao abordar as categorias ‘saber’, ‘poder’ e ‘subjetivação’, a autora utiliza ainda o conceito de ‘dispositivo’ de Foucault (1979), para afirmar que

[...] esse eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. Podemos afirmar que o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação.

Como resultado da assimilação do pensamento de Michel Foucault e de crítica aos fundamentos criados pela modernidade acerca dos corpos não europeus, Achille Mbembe (2018) desenvolve sua tese da Necropolítica. O autor destaca que essas concepções começaram a ganhar força com a reorganização dos estados nacionais na Europa, no final do século XIX, momento em que tudo se torna racionalizado e burocrático, e o Estado recebe a função de gerir a vida.

Dessa vez, o biopoder que regulamenta a vida passa a gerir a saúde, a natalidade, a mortalidade e a sexualidade. Ou seja, o governo e a medicina se apropriam de uma racionalidade para gerir a vida. Como consequência dessa trajetória apontada por Mbembe (2018), o biopoder adota o racismo como ferramenta de poder e controle. Se faz necessária a eliminação dos corpos tidos como nocivos, a fim que o corpo social seja adequadamente gerido, cuidado e protegido. Tem-se, portanto, o Estado como definidor do que é normal e anormal, disseminando práticas higienistas, eliminação de corpos degenerados pela raça, pela constituição física e mental. Observa-se assim que a suposta ameaça “dos inimigos”, que justificou as ditaduras no século passado, atualmente está concentrada

nas periferias, e põe em risco o bem-estar do “cidadão de bem”. Dessa forma, pessoas pretas e pobres representam perigo e sua morte passa a significar segurança para a sociedade.

Em diferenças teóricas, podemos dizer que Foucault pensou na gestão da vida, enquanto Achille Mbembe pensa na gestão da morte, e usa como exemplo o Estado de Israel, constituído no território da Palestina nos anos de 1960. A gestão da morte, segundo Mbembe (2018), é concebida a partir da percepção de que existem corpos matáveis, considerados objetos dissidentes, ou seja, mesmo depois das ideias de liberdade, dos direitos do homem e do cidadão difundidos, os degenerados, se eliminados, foram eliminados em nome da manutenção do bem-estar da maioria.

É pela via do racismo que se faz possível entender o poder sobre determinados corpos. Segundo Mbembe (2018), o experimento da biopolítica foi corporificado nas colônias. Nessa linha de análise, a autora Grada Kilomba, analisando o racismo em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), elucida com maestria como a violência utilizada na escravidão colonial serviria de laboratório para práticas futuras de barbárie, a exemplo do nazismo (ocorrido na Alemanha, na segunda guerra mundial), dado que a barbárie teve início, de fato, com a escravidão moderna.

### **3 O LUGAR DA MULHER NEGRA MOLDADO PELO RACISMO**

O sistema de produção escravagista do Brasil, mantido por quase 400 anos, de acordo com Lília Schwarcz (2019, p. 27), inaugurou o que se tornaria uma herança colonial de racismo, discriminação e preconceito associada a uma profunda desigualdade social, que, desde então, atravessa a economia, a política, o direito e outras relações sociais em terras brasileiras, e que “acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências [...], entrando firme nos ‘costumes da terra’”. A histórica formação da sociedade brasileira tem raízes profundamente fincadas em bases conservadoras e patriarcais, que em seus conteúdos exprimem as razões primárias e, portanto, essenciais para a compreensão da tessitura social na qual se insere hoje a população pobre deste país, majoritariamente negra. Tem-se, portanto, o nascedouro das diversas e contrastantes expressões de desigualdade, entre as quais destacam-se a de renda, a de oportunidades, a racial, a regional, a de gênero, a de geração e a social, evidenciadas nos diferentes mecanismos de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (SCHWARCZ, 2019).

São as mulheres negras que despontam como vítimas dessas variadas desigualdades, materializadas nas questões de classe, gênero e raça unificadas. No dizer de Lélia Gonzalez (2020, p. 42), a particularidade brasileira consiste não apenas na discriminação da mulher negra mas no que ela define como um racismo cultural, que naturaliza o lugar social desvalorizado para essa mulher, em razão das “[...] representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes

maneiras [...]”. A autora traduz com grande propriedade a deterioração de quaisquer chances de a população negra adentrar o mundo do trabalho que não seja na condição de massa marginal — mergulhada na fome e na pobreza —, em atividades desvalorizadas — como a prestação de serviços domésticos, que coloca as mulheres “numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação” (GONZALEZ, 2020, p. 42).

No documento *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, a pesquisadora Tatiana Dias Silva (2013) discorre sobre as mulheres negras, a pobreza e a desigualdade de renda, enfatizando que

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social (SILVA, 2013, p. 109).

Se considerarmos as condições adversas que foram impostas pelas reformas neoliberais (e seus cortes nas políticas públicas de caráter social por meio da Emenda Constitucional n.º 95/2016) e pelas últimas crises sanitárias provocadas pelos casos de dengue, *zika*, chicungunha e, mais recentemente, pela pandemia de covid-19, veremos que essas desigualdades ficaram ainda mais evidentes no país, e que as famílias pobres sofreram os maiores impactos em todas as situações. Em casos como esses, pobreza e assujeitamento caminham juntos, dado que as necessidades se tornam imperativas.

Judith Butler (2019) desenvolve análises sobre as teorias da sujeição e nessa tarefa recorre a Foucault, para compreender de que maneira a “identidade”, como elemento que se constitui por meio do discurso, gesta e regula o ser humano assujeitado, ao mesmo tempo em que o aprisiona nessa identidade. Por isso, a autora afirma que

A sujeição, é, literalmente, a feitura de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito (BUTTLER, 2019, p. 90).

Do exposto, é possível depreender que, no caso das mulheres negras, as condições de existência ainda estão vinculadas a um formato que mantém a sujeição e o não reconhecimento de suas individualidades, e, portanto, sustentam um sistema de poder no qual a legitimidade dessas mulheres, como seres sociais, deriva de uma condição involuntária de subordinação. É patente que condições precárias de existência acarretam muitas e grandes dificuldades, que irão reverberar em todas as dimensões da vida dessas mulheres — privada ou pública —, conforme é possível verificar

nas situações de moradia, de trabalho e renda, e de vulnerabilidade social. A reprodução das condições às quais as mulheres negras eram expostas, como trabalhadoras escravizadas que atuavam no eito e na casa-grande, permitem entender as alternativas que sobram para outras mulheres negras nos dias atuais.

Patricia Hill Collins (2019) define a opressão que as atinge como um mecanismo de vitimização dessas mulheres. A discriminação de gênero e de raça as traveste de objetos desumanizados, máquinas vivas de trabalho, tratadas como parte da paisagem, desempenhando o papel de “mulas do mundo” no mercado de trabalho, um segmento profundamente explorado e oprimido com possibilidades de ascensão extremamente limitadas. Collins (2019, p. 99) diz que “as mulheres plenamente humanas são menos facilmente exploradas”.

No dizer da autora, trata-se da construção de uma identidade que opera uma segregação criadora de espaços, funções, conhecimentos, sentimentos e existências próprios para as pessoas negras, e para as mulheres negras foi produzida uma “guetização” no trabalho doméstico. Desse modo, “o resultado é que se viram em um curioso lugar social de *outsider interna* [*outsider within*], uma forma peculiar de marginalidade que originou uma perspectiva específica das mulheres negras em uma série de temas” (COLLINS, 2019, p. 45-46).

Aqui, novamente, o privilégio branco de figurar como referência para o conceito de humanidade situa tudo mais que destoa de tal referência como anormal ou fora do padrão. Collins (2019) diz que esse pensamento binário, classificador de pessoas, coisas e ideias, conforme as suas diferenças, cria um sistema que favorece a objetificação das pessoas negras e as coloca em oposição às pessoas brancas. Tem-se, conforme apontado, uma oposição que estrutura e define o oposto como um outro a ser dominado e controlado, como quem se assujeita ao poder do seu oposto, perdendo sua humanidade, sua capacidade de ser mais do que a categorização permite. No âmago dessa tradição, estão presentes as influências das questões de classe, de raça, de gênero, da divisão sexual do trabalho e da percepção desses corpos como improdutivos.

Esse sistema de distinção por gênero, raça e classe age no imaginário coletivo, definindo inferiores e superiores, assim como os lugares e funções de cada pessoa ou grupo de pessoas. A superação desse complexo de relações hierarquizadas que sustentam a vida prática e alimentam nossas subjetividades é um dos maiores desafios para a erradicação do racismo e do sexismo, porque está atrelada às formas de sociabilidade que o modo de produção capitalista instituiu ao longo da história por meio das relações de poder e subordinação que lhes são próprias.

A demanda histórica por condições dignas de vida para os corpos excluídos e assujeitados é suficiente para atestar a necessidade de revolucionar os padrões que conservam as contradições da sociedade do capital. As seções a seguir abordarão duas expressões concretas de negação da

dignidade a que as mulheres negras estão submetidas neste país, como parte da herança escravocrata que lhes acompanha ainda hoje: o trabalho doméstico e o racismo ambiental expresso pelas crises sanitárias mais recentes.

### **3.1 A mulher negra e o trabalho doméstico no Brasil**

No Brasil, sempre foi lugar comum a delegação do trabalho doméstico às mulheres, especialmente às mulheres negras, demonstrando a inegável herança escravista e patriarcal presente nessa atividade. Em que pese, com o passar dos anos, essa realidade tenha sido modificada aos poucos com pequenos e pontuais avanços, que possibilitaram melhores condições de trabalho para a categoria das domésticas, mas é inequívoco que nos encontramos muito aquém do ideal. Um século após a abolição, a situação dessas trabalhadoras pouco mudou, constituindo-se integrantes de uma atividade de mínima valorização. Ao refletir sobre esse tema, a trabalhadora doméstica Creuza Oliveira (2019, n. p.), Secretária Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, aponta que “a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas não assinou nossa carteira, não nos deu moradia e não nos deu educação”, denotando justamente a situação de abandono que restou a esse enorme contingente populacional escravizado, mesmo após tamanha exploração sofrida, o que, em muito, acabou por ditar os rumos das gerações futuras.

Com abolição, a população negra foi criminosamente excluída do mercado de trabalho quando mais precisava de oportunidades, sendo relegada às tarefas mais rudimentares, braçais, mal remuneradas e desprestigiadas dentre as demais profissões, diante da ampla oferta de força de trabalho existente. Para mulheres negras, o cenário era um pouco “menos desolador”, pois havia a possibilidade do trabalho doméstico que não era de interesse dos imigrantes, constituindo-se meio de subsistência para toda a família.

O que se viu naquela quadra histórica no mercado de trabalho doméstico foi uma explosão de força de trabalho disponível, sem o correspondente aumento da oferta de emprego. Neste contexto, as domésticas que estavam empregadas, mais do que antes, aceitavam se sujeitar às humilhações impostas pelos patrões, pois consideravam essa uma alternativa melhor do que o desemprego ou mesmo a realização de atividades comerciais na rua. Nota-se aqui uma completa simetria com a realidade atual, na qual muitas trabalhadoras domésticas permanecem na profissão em razão da falta de oportunidade em outros ramos, fator ligado, em muito, à baixa escolaridade que costumam possuir.

Dito isso, para perceber a complexidade em que está envolto o trabalho doméstico e compreendê-lo um pouco mais a fundo, é preciso, antes de tudo, conhecer quem são as trabalhadoras

domésticas na atualidade. Segundo dados do IBGE (2021), há no Brasil 5,7 milhões de pessoas exercendo o trabalho doméstico, 92% são mulheres, destacando muito claramente o recorte de gênero desse trabalho presente mais que em qualquer outro lugar do mundo. Por sua vez, uma pesquisa do IPEA (2019) indicou que 14,8% das mulheres brasileiras estão ocupadas no trabalho doméstico.

Ademais, dados apontam que 65% das domésticas no Brasil são mulheres negras que recebem 20% menos que as não negras (IBGE, 2021), e que 18,6% de todas as mulheres negras empregadas são domésticas, frente a 10% de mulheres não-negras (IPEA, 2019). Fatores como esses levaram Melo *et al.* (2000) a identificar uma inviabilização social desse trabalho, executado em sua maioria por mulheres e meninas negras e pobres que constituem uma das categorias mais desfavorecidas do país, reforçando a percepção de como as mulheres negras continuam sendo assujeitadas e ocupam as piores posições na sociedade, em similitude com suas antepassadas escravizadas.

No imaginário popular de muitos, ainda paira o estereótipo da doméstica como uma verdadeira serva, sempre a postos para atender os pedidos dos patrões, seja qual for a hora. Como herança da escravidão, muitas domésticas ainda se veem nesse lugar de subalternidade, evitando confrontos com seus empregadores para manter seu emprego, mesmo que isso lhe custe a saúde mental e física. Muito provavelmente essas trabalhadoras tenham como paradigma outras mulheres que exerceram o trabalho doméstico na mesma condição e assimilem essa realidade como imutável. Trata-se, a bem da verdade, de gerações e gerações de mulheres — algumas da mesma família — que, por falta de oportunidade ou desígnios da vida, tiveram como única alternativa profissional o trabalho doméstico.

O que se vê no Brasil é, portanto, uma espécie de herança compulsória que aumenta significativamente a probabilidade de a filha de uma empregada doméstica escolher — ou ser conduzida a — a mesma profissão da mãe. Salvo com muita determinação e oferta de oportunidades — que ainda assim podem não ser suficientes —, mudar esse “destino” parece ser uma missão quase impossível. Isso porque, reproduzindo padrões sociais, meninas negras são cotidianamente inseridas no trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, reforçando comportamentos racistas com o objetivo de impor a essa juventude a permanência no lugar de quem serve a classe dominante. Há, portanto, uma ausência de políticas públicas efetivas para mudar essa realidade e a retrógrada mentalidade de uma parcela da sociedade que segue replicando preconceitos que criam empecilhos quase intransponíveis para milhares de crianças que iniciam sua vida laboral muito cedo e perdem — ou nem mesmo desenvolvem — a capacidade de sonhar, acreditando que aquela é sua realidade posta e imutável.

Não se pode olvidar que a opção preferencial do Estado em negligenciar essa população

decorre também da posição desprestigiada que o trabalho doméstico ocupa na lógica do capital, já que, em uma análise superficial, não seria possível obter lucro a partir da sua exploração, o que não corresponde à realidade. Tanto o trabalho doméstico adulto quanto o infantil são utilizados como importantes elementos de sustentação do capitalismo, garantindo condições para uma maior exploração dos demais homens e mulheres trabalhadoras que dispõem de mais horas livres para vender sua força de trabalho, uma vez que estão desobrigados de assumir as tarefas domésticas feitas por terceiros.

Desse modo, é inegável que todo este contexto de trabalho doméstico, como aqui evidenciado, tem direta ligação com aspectos sócio-históricos, ao passo que determinantes como raça, classe e gênero influenciam diretamente no tratamento dispensado às domésticas por parte dos empregadores e pela sociedade. É inegável fato de a categoria ser composta, majoritariamente, por mulheres negras traz uma série de implicações que expressam a cultura escravista, patriarcal e elitista de muitos patrões que ainda enxergam essas trabalhadoras como sujeitas detentoras de pouco ou nenhum direito, praticando contra elas toda sorte de discriminação.

Assim, carece à categoria avançar nos processos organizativos, no sentido de disseminar a compreensão de como as complexas relações de trabalho doméstico se expressam na sociedade capitalista brasileira. Por fim, há que se intensificar a exigência do desenvolvimento de políticas públicas eficazes que possam reduzir as brutais desigualdades de oportunidade e de tratamento dados às domésticas, buscando superar limites próprios da ação do Estado enquanto garantidor da exploração da força de trabalho para a extração da mais-valia.

### **3.2 Raça e gênero no contexto de crises sanitárias: racismo e desproteção incidindo sobre as mulheres negras**

As recentes crises sanitárias evidenciaram que o racismo e a desigualdade de gênero são fatores que influenciam no processo saúde-doença, elevando o grau de vulnerabilidade, adoecimento e morte da população negra. Diante disso, políticas públicas com perspectiva interseccional podem melhor incidir nesse contexto de disparidades socioeconômicas próprias do capitalismo intensificadas por questões estruturantes como racismo, machismo, patriarcado e colonialismo.

A pesquisa EpiCovid19-BR<sup>2</sup>, a mais abrangente sobre a prevalência de infecção da covid-19 realizada no Brasil, revelou que, comparativamente a brancos, indígenas tinham cinco vezes mais risco de contrair a doença e negros o dobro de vezes. Já em relação à mortalidade, pessoas pretas e pardas morreram mais em todas as faixas etárias de zero a 69 anos, conforme a Síntese dos

Indicadores Sociais (IBGE, 2020), tendo como base o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Na epidemia do vírus da *zika*, que perdurou de 2015 a 2017, oito em cada dez bebês nascidos com microcefalia e outras alterações cerebrais eram filhos de mulheres negras, de acordo com dados do Ministério da Saúde, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação pelo jornal Folha de São Paulo (MAISONNAVE, 2016).

Mas esse quadro de adoecimento não é uma excepcionalidade que ocorreu somente durante as recentes crises sanitárias. Também as doenças tropicais negligenciadas<sup>3</sup>, como dengue, chicungunha, leishmaniose, hanseníase, entre outras, foram normalizadas na realidade das pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil. Para compreender essa situação de prevalência de adoecimento e morte, é preciso relacionar não apenas classe social mas também outras questões estruturais, como o racismo e a desigualdade de gênero.

De acordo com Sílvia Almeida (2018, p. 36), “a perspectiva liberal tem se mostrado insuficiente para a compreensão do racismo enquanto prática social concreta que, para além dos aspectos morais e culturais, manifesta-se nos planos da economia e da política”. Isso porque, além de influenciar nas práticas individuais, o racismo se expressa nas instituições, nas políticas públicas, no acesso ou negação de direitos, nas relações de poder que geram privilégios e vantagens para um grupo étnico e fragilizam outros.

Pelo protagonismo do Estado, o racismo ambiental se encontra no âmbito do racismo institucional, que são “práticas administrativas, empresariais, de leis, normas ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de potencial discriminatório, pois geram efeitos desproporcionais e injustos em prejuízo de grupos identificáveis” (VARELLA, 2009, p. 21). O Estado, como responsável pelo processo de regulação do território, atua ou se omite para que espaços sejam ocupados, explorados e deteriorados, geralmente, de acordo com os interesses políticos e econômicos em jogo. Pacheco, citada por Mathias (2017, p. 31), analisa que “ninguém decide fazer um lixão em Ipanema ou Copacabana. A decisão de onde jogar o lixo está ligada à imagem que se tem da população em quem você joga lixo”.

O racismo ambiental coloca em xeque o modelo de desenvolvimento do país, no qual algumas ações se constituem em políticas de morte em determinados territórios, no campo e na cidade, a depender de quem os ocupe. Uma das maneiras mais evidentes desse processo é o padrão de descaso com as condições de habitação, saneamento básico e abastecimento de água, que expõem desproporcionalmente grupos subalternizados ao adoecimento e aos impactos de eventos climáticos extremos.

Cotidianamente ou na emergência de uma crise sanitária, se naturalizou a ausência de

abastecimento regular de água em periferias do Brasil. São rodízios, racionamento ou a falta de água, nem sempre potável, que obrigam comunidades inteiras a armazenarem água da maneira que podem, gerando potenciais criadouros de mosquito *aedes aegypti*. E, em se tratando das arboviroses como dengue, *zika* e chicungunha, há mais de 40 anos a principal estratégia governamental é o controle do vetor, sem alteração da infraestrutura que vulnerabiliza esses grupos.

É um cenário que individualiza as práticas de cuidado e busca disciplinar o comportamento das mulheres e as localiza, principalmente, no papel de cuidadoras, remuneradas ou não. No caso da epidemia do vírus da *zika*, a confirmação da transmissão vertical — da mulher para o feto, no útero — desencadeou processos de culpabilização, cerceamento de direitos sexuais e reprodutivos, a exclusiva responsabilização pelo trabalho doméstico e cuidados com a família, especialmente das crianças com deficiência, entre outras. Mulheres empobrecidas, negras e nordestinas, pelas condições socioeconômicas e ausência de estratégias específicas, foram as mais infectadas.

Nessa esteira, as bases culturais e políticas relacionadas a classe social, gênero e raça interferem nas decisões orçamentárias e no tipo de políticas (LESSER; KITRON, 2016). Como evidenciou a Articulação de Mulheres Negras Brasileira (2010), os indicadores de políticas públicas demonstram que a não inclusão de questões específicas das mulheres negras, dos diversos grupos étnicos e seus territórios acaba por focalizar ações e recursos nos grandes centros urbanos, em sua maioria ocupados por pessoas brancas, contribuindo, assim, para aumentar a desigualdade.

Na mesma direção, Crenshaw (2002) enfatiza que, se gênero, raça e outros marcadores sociais continuarem invisibilizados no desenho das políticas públicas, as estruturas de poder e silenciamento não irão se alterar, uma vez que estão naturalizadas.

Por isso, a interseccionalidade como perspectiva teórica e prática que busca uma visão integral, assimilando a complexidade das identidades e as desigualdades sociais pode favorecer a elaboração de políticas mais efetivas e alterar o processo de formulação de políticas públicas nos moldes “de cima para baixo”, na medida em que considera e valoriza a diversidade de territórios e as especificidades dos grupos sociais subalternizados, vendo-os como sujeitos políticos e partícipes do processo de transformação social.

#### **4 CONCLUSÃO**

A construção de mecanismos de poder, ratificados pela discriminação racial, sustenta um saber alicerçado no racismo, atrelado a uma construção cultural e simbólica, que mantém hierarquias e fundamenta práticas de desumanização da população negra — marcadas pela exclusão, pela

exploração, pela violência e pela negação de quaisquer direitos humanos. O modelo de organização da sociedade europeia, ao impor seu pensamento como universal, criou um aparato teórico que, ainda nos dias atuais, materializa e justifica a violência contra corpos racializados, como herança da escravidão colonial que se assentou em terras brasileiras. Reconhecemos o nazismo como uma expressão de barbárie que jamais deve ser esquecida pela humanidade; no entanto, corroborando com a autora Grada Kilomba, reiteramos que não foi a maior atrocidade histórica, especialmente se comparada aos efeitos produzidos pela invasão colonizadora em todas as dimensões da vida dos povos que viviam nas terras usurpadas pelos europeus. E aqui, não se trata de comparar tragédias, mas de reconhecer as especificidades de cada tempo e de cada evento, assim como pensar nas suas influências e consequências que ainda repercutem nos modelos de organização das sociedades contemporâneas.

A formação cultural que replicamos é totalmente fundamentada em aspirações violentas contra povos específicos. Uma cultura corrompida que se impõe sobre a vida das pessoas historicamente excluídas e marginalizadas. A demanda histórica por condições dignas de vida para as pessoas excluídas e assujeitadas é imperativa e justifica a necessidade de revolucionar os padrões que amparam as contradições da sociedade do capital a partir de elaborações que não mais admitam identidades racializadas, assujeitadas e exploradas.

No conjunto das pessoas privadas de direitos, exploradas e assujeitadas, as mulheres negras ainda são afetadas por condições semelhantes às que afetavam suas antepassadas escravizadas. Elas são o retrato do que a desigualdade de classe, de gênero e de raça constituiu em paradigma de organização da vida humana — ampla e naturalmente assimilado no país. Nesse contexto, o racismo e o sexismo são elementos constituintes da subjetividade que categoriza, exclui e mantém o crescente painel de variadas desigualdades.

Diferentemente dos países considerados desenvolvidos, no Brasil, o trabalho doméstico continua a ser uma das poucas alternativas de sustento de milhões de mulheres negras e pobres que, em razão da histórica falta de atenção estatal e do racismo estrutural, tiveram oportunidades restritas para mudar suas realidades a partir do estudo e de empregos em outros ramos. É esse “caráter de necessidade” que as coloca em situação de subalternidade em relação aos seus empregadores, levando-as a ter que suportar os mais diversos abusos a fim de garantir suas fontes de renda.

O racismo é uma tecnologia de poder que gera acúmulo material e simbólico, privilégios e vantagens, e por isso mesmo é mantido e atualizado na sociedade capitalista. A expressão do racismo institucional na forma de racismo ambiental está diretamente ligada a uma gestão de território que naturaliza a escassez e desumanização das pessoas que ocupam esses locais. A falta de infraestrutura e condições básicas para viver nas periferias urbanas e comunidades tradicionais deixa as populações desses locais mais vulneráveis às consequências das crises sanitárias e climáticas.

Uma das maneiras mais evidentes desse processo é o padrão de descaso com as condições de habitação, saneamento básico e abastecimento de água. Os altos índices de adoecimento e as catástrofes que assolam essas áreas são naturalizados. Em determinados contextos, outras nuances dessas desigualdades são reveladas no processo saúde-doença, como durante a epidemia do vírus da *zika* e a pandemia de covid-19, quando mulheres, em função do estereótipo de gênero e patriarcado, foram responsabilizadas, quase que exclusivamente, pelo trabalho doméstico — especialmente limpeza e higienização, cuidado de familiares, acesso aos serviços médicos e assistenciais, controle de natalidade, entre outras tarefas.

É exatamente esse sistema de distinção por gênero, raça e classe que age no imaginário coletivo, definindo inferiores e superiores, assim como os lugares e funções de cada pessoa ou grupo de pessoas. A superação desse complexo de relações hierarquizadas que sustentam a vida prática e alimentam nossas subjetividades é um dos maiores desafios para a erradicação do racismo e do sexismo. A demanda histórica por condições dignas de vida para os corpos excluídos e assujeitados é suficiente para atestar a necessidade de revolucionar os padrões que conservam as contradições da sociedade do capital. O desafio que se materializa é, exatamente, a subversão dos valores que sustentam a exclusão, a exploração e a dominação de corpos femininos negros.

É necessário reconhecer que a humanidade não é um atributo exclusivo de alguns corpos em detrimento de outros. A sociedade tem sido convocada à transgressão das formas padronizadas de assimilar o mundo e as diferentes formas de vida, rumo à desconstrução de identidades assujeitadas e de pensamentos e práticas que sustentam a exclusão dos que padecem das consequências de tais modos de ser e pensar, entre os quais se encontram as mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde. Especialização em Saúde da Família. **Processo Saúde-doença**. Universidade Federal de São Paulo. Universidade Aberta do Sus. 2012.

BUTTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: SeloNegro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia rios, Marica Lima, 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **A razão na História**. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992. pt.1.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua** (Pnad Contínua) — dados do 4º trimestre de 2019 e de 2021. DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 9 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais – 2020**. “Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 03 mai. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua quarto trimestre de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2019\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf) Acesso em: 28 jan. 2023

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LESSER, J.; KITRON, U. **A geografia social do Zica no Brasil**. In: Estudos Avançados, volume 30, número 88, Setembro/Dezembro 2016, pp. 167-175.

MAISONNAVE, Fabiano. **Oito em cada dez bebês com danos do zica nascem de mães negras**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 Set 2016.

MATHIAS, MAÍRA. O racismo ambiental. In: **Revista Poli, saúde, educação e trabalho**. Ano IX, nº 50, mar./ abr. de 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. T. **Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino. uma análise dos grupos ocupacionais. estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico.** OIT; IPEA, 2000.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza.** Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 — FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza). Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Creuza. **A luta pelos direitos das domésticas.** Entrevista concedida ao Canal Preto, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBtofqXoRsl>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. Em: **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]**.- Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%  
c3%aa\\_mulheres\\_negras-retrato\\_das\\_condi%  
c3%a7%  
c3%b5es\\_de\\_vida\\_das\\_mulheres\\_negras\\_no\\_Brasil](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil).

VARELLA, S. **Discriminação racial indireta e ação afirmativa no emprego sob a perspectiva dos direitos coletivos.** 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

## Notas

<sup>1</sup> De acordo com o Mapa da nova pobreza, o número de pessoas com renda domiciliar per capita até **497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021**, cerca de 29,6% da população total do país. O documento informa que a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de máxima pobreza dessas séries anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados (NERI, 2022, p. 03).

<sup>2</sup> Estudo de base populacional realizado em 133 cidades do país, em quatro fases entre março e agosto de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), financiado pelo Ministério da Saúde.

<sup>3</sup> Aquelas que “não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade, já que representam forte entrave ao desenvolvimento dos países” (BRASIL, 2010).